

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Crescimento tupiniquim fica aquém da América Latina

Brasil deve crescer menos do que a América Latina em 2025

O menor crescimento do mundo. É o que prevê o Banco Mundial (Bird) para a América Latina, cuja economia deve exibir expansão de apenas 2,1% este ano e 2,6%, no próximo, patamares que estão abaixo da alta mundial, de 2,7%, por conta do píffio investimento, alto endividamento e volatilidade global.

O Bird destaca, ainda, a escalada de tensões co-

merciais, em razão do tarifaço comercial determinado pelo presidente dos EUA, Donald Trump.

No caso brasileiro, o Banco Mundial previu uma alta de 1,8%, muito inferior à de seus continentais, como Argentina (5,5%); República Dominicana (4%); Costa Rica (3,5%); Panamá (3,5%); Paraguai (3,5%); Nicarágua (3,4%); Peru (2,9%); Colômbia (2,4%); El Salvador (2,2%).

Impedimento

O Banco Mundial avalia que “tarifas mais altas e os maiores níveis de incerteza comercial em uma década impedem uma maior integração da região nas cadeias de suprimentos dos EUA e colocam em risco os empregos em indústrias relacionadas à exportação”.

Passo

Para o organismo, os acordos assinados pelo Mercosul com a União Europeia “caminham na direção à diversificação de mercados”, mas requer “atender a uma agenda pendente de décadas em infraestrutura, educação, regulamentação, concorrência e política tributária”.



Cautela marca processo de regulação das big techs

Regulação de big techs deve seguir ‘caminho do meio’

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, disse nesta quarta-feira (23), que a regulamentação do ambiente concorrencial das big techs no Brasil deve seguir um “caminho do meio” entre as alternativas adotadas pelos Estados Unidos e a União Europeia. No primeiro, lembrou o secretário, as decisões foram

deixadas majoritariamente para o Judiciário, enquanto a União Europeia aprovou regras detalhadas que, na visão de alguns, geraram burocracias desnecessárias.

“No Brasil, vamos ter regras ex-ante, mas deixaremos para avaliação, caso a caso pelo Cade”, afirmou Pinto no CNN Talks.

Concorrência

Para o secretário, “precisamos encontrar meios de preservar a concorrência, não é defender a economia nacional contra empresas estrangeiras, mas garantir que a concorrência ocorra de forma efetiva no mercado, sem dividir a direita e a esquerda no Congresso”.

Sem impacto

Ao frisar que a regulamentação não tem impacto tributário, mas atua no aspecto concorrencial, o secretário comentou que “seja na UE, ou nos EUA, o problema está sendo atacado, em que o próprio governo Trump manteve investigações iniciadas no governo Biden”.

Fluxo negativo

O fluxo cambial ficou negativo em US\$ 13,449 bi em 2025, até o dia 17 de abril, segundo dados preliminares divulgados pelo BC nessa quarta-feira (23). O canal financeiro acumula saídas líquidas de US\$ 26,098 bi e O comercial teve entrada líquida de US\$ 12,648 bi.

Canal financeiro

O segmento financeiro (investimentos diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros) teve compras de US\$ 168,930 bilhões e vendas de US\$ 195,028 bilhões. O canal comercial teve importações de US\$ 67,109 bilhões e exportações de US\$ 79,757 bilhões.

Para CNI, demanda interna insuficiente trava indústria

Item é o que mais avançou na Sondagem Industrial da entidade

Por Marcello Sigwalt

A ‘eficácia’ do ‘combo’ aperto monetário e a decorrente restrição de crédito é apontado como o fator determinante para a demanda interna insuficiente, principal problema apontado pelos industriais, no primeiro trimestre de 2025 (1T25).

A conclusão integra a Sondagem Industrial, estudo divulgado, nessa quarta-feira (23) pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). O ‘pódio’ das preocupações é completado pela carga tributária e os juros elevados.

A constatação representa uma evolução negativa ante o quarto trimestre de 2024 (4T24), quando esse quesito ocupava a quinta posição entre as preocupações do setor. Também é inquestionável concluir que o dinamismo da economia vem perdendo tração, face à persistência, em patamares estratosféricos, da Seli, em 14.25% ao ano.

Ao admitir que a queda da procura por bens industriais decorre de fatores, como a alta



Demanda claudicante liga alerta para desaceleração da indústria brasileira

taxa de juros e a redução dos gastos públicos, o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo entende que esse problema pode ‘impactar’ a tomada de decisão dos industriais. “A alta demanda é o que sustenta a atividade industrial, porque ela requer mais produção, emprego e investimentos. Quando o empresário percebe

uma menor demanda, ele fica mais receoso em fazer esses movimentos”, acrescenta.

Citada, no último terço do ano passado, por 30,6% dos empresários, a elevada carga tributária subiu para 33,3% dos industriais, na linha dos três principais problemas enfrentados. De igual forma, a Selic saltou de 25% para 27,1% do total

de empresas consultadas.

Já a demanda interna insuficiente saltou 4,8 pontos percentuais, indo de 22,3% para 27,1% do total de empresas.

Na segunda fila dos ‘vilões’, figuram a falta ou o alto custo de trabalhadores qualificados e de matéria-prima, com 22,4% e 21,3% do total de empresas, respectivamente.

BC evita indicar tendência para os juros

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Nilton David, disse nesta quarta-feira, 23, que é “cético” com relação ao uso do forward guidance. A incerteza usual entre reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) já é muito grande, e hoje o cenário se tornou ainda mais incerto, ele destacou.

“Eu não sou um grande fã do forward guidance”, disse Nilton, em um evento do JPMorgan em paralelo às re-

uniões de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, nos Estados Unidos. “Para mim, um forward guidance não é natural, a menos que você esteja muito distante de onde deveria estar.”

O diretor explicou que a incerteza comumente envolvida em variáveis não determinantes no modelo do Copom, como a taxa de câmbio, já representa uma incerteza maior do que 1

ponto porcentual nas projeções de inflação do BC.

Hoje em dia, o cenário se tornou mais nebuloso por causa das dúvidas sobre a implementação e a magnitude das tarifas nos Estados Unidos.

Nilton explicou que, em dezembro, o Copom aumentou a taxa Selic em 1 ponto porcentual e forneceu o guidance de mais duas altas porque desejava comunicar ao mercado que adotaria uma postura contra-

cionista, e que ficaria à frente da curva.

O diretor não comentou explicitamente o forward guidance deixado pelo Copom na reunião de março, quando elevou a Selic em 1 ponto porcentual, para 14,25%, e indicou uma nova elevação, de menor magnitude, no encontro de 6 e 7 de maio. Para ele, “eventos pontuais” levaram a um crescimento econômico acima do esperado”.

Trump ‘manso’ cimenta alta da bolsa

O Ibovespa estende alta da véspera e fecha no nível de 132 mil pontos pela primeira vez desde 27 de março, com o respaldo de uma retórica mais branda do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tanto com relação às tarifas contra a China quanto sobre o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell. O rali só não foi maior devido à queda de mais de 2% dos contratos futuros de petróleo, que pesam nos papéis de petrolíferas como Petrobras.

Com giro financeiro de R\$ 24,2 bilhões, o Ibovespa fechou em alta de 1,34%, aos 132.216,07 pontos. Trata-se do maior nível de fechamento desde 27 de março, quando a referência da B3 fechou aos 133.148,98 pontos.

Trump afirmou ontem que as tarifas de 145% sobre a China são “muito altas”. O republicano pontuou que o nível tarifário “não vai ser zero”, mas



Retórica de republicano favorece as ações no Brasil

destacou que a tendência é de que caia “bastante”. Fontes ouvidas pela Dow Jones indicam que o governo Trump consideraria reduzir as tarifas sobre a China para algo entre 50% e 65%.

“Os mercados globais estão reagindo positivamente a esse recuo do Trump em relação à

política comercial, principalmente”, afirma o head de renda variável da Veedha Investimentos, Rodrigo Moliterno. Para ele, a declaração do republicano vai na linha de que “a negociação deve ser mais ‘fair’ (justa), sem ser uma imposição dos EUA para a China, mas sim de

chamar na mesa para negociar”.

O analista Felipe Moura, da Finacap, considera que os investidores entendem que Trump “joga a bomba, uma ideia absurda, e depois recua para começar a negociação”. Com isso, há “maior benefício da dúvida sobre possíveis negociações com a China”, acrescenta.

Motivo de alvoroço nos mercados americanos na segunda-feira (feriado de Tiradentes no Brasil), os atritos entre Trump e Powell também parecem ter perdido força. O presidente dos EUA afirmou que “não tem intenção” de demitir o presidente do Fed.

Na ponta positiva, JBS (+6,38%) é beneficiada pelo avanço no processo de dupla listagem, via BDRs na B3 e também na Nyse. Entre as blue chips, grandes bancos avançaram em bloco: Unit do Santander Brasil (+0,52%) e ordinária do Bradesco (+3,30%).

Justiça afasta o presidente do INSS

Uma decisão judicial afastou do cargo nesta quarta-feira, 23, Alessandro Stefanutto do cargo de presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A medida ocorre no mesmo dia que foi deflagrada uma operação da Polícia Federal (PF) para desarticular um esquema nacional responsável por fazer descontos não autorizados em aposentadorias e pensões que chegaram a R\$ 6,3 bilhões.

Ainda não está claro se Stefanutto está ou não envolvido nem o motivo pelo qual ele foi afastado. Até a conclusão deste texto, o INSS não havia se manifestado a respeito. Outros cinco servidores públicos também foram afastados de suas funções.

Stefanutto foi nomeado para o cargo de presidente do INSS no dia 11 de julho de 2023 pelo ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, que

teceu elogios ao subordinado, dizendo que ele não “se deixa dobrar por interesses menores”.

“Continue esse homem reto, leal à causa pública e, principalmente, que não se deixa dobrar por interesses menores. Quem ganha é o povo brasileiro, é o INSS, somos todos nós”, disse Lupi à época da nomeação.

Antes de assumir a presidência do INSS, Stefanutto esteve à frente da Procurado-

ria-Federal Especializada junto ao INSS durante seis anos, de 2011 a 2017. Sua formação inicial também inclui passagens pelo Colégio Naval e pela Escola Naval, onde ficou de 1988 até 1992.

Depois, cursou direito pela Universidade Mackenzie, onde se formou em 1998. Além disso, ele fez pós-graduação em gestão de projetos, e também cursou especialização em mediação e arbitragem pela FGV.